

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO

Faculdades de Ciências Sociais – Departamento de História

COGEAE – Curso de Especialização: História, Sociedade e Cultura

MONICA MANTOVANI GOULART

Estudo sobre o Tombamento da Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos
Homens Pretos de Penha de França – 1979 a 1982

São Paulo

2017

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO

Faculdades de Ciências Sociais – Departamento de História

COGEAE – Curso de Especialização: História, Sociedade e Cultura

MONICA MANTOVANI GOULART

Estudo sobre o Tombamento da Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos
Homens Pretos de Penha de França – 1979 a 1982

Pré-Projeto de Dissertação de
Mestrado – Pontifícia Universidade
Católica de São Paulo –

São Paulo

2017

Índice

1. Apresentação e problematização.....	4
2. Justificativa.....	12
3. Sondagem inicial das fontes.....	15
4. Bibliografia Inicial.....	18

1. Apresentação e problematização

Trazemos no peito
os santos rosários,
rosários de penas,
rosários de fé
na vida liberta,
na paz dos quilombos
de negros e brancos
vermelhos no sangue.
A Nova Aruanda
dos filhos do Povo
acolhe, Olorum!

Ofertório – Milton Nascimento

A temática central desta pesquisa será o estudo do processo de tombamento da Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos de Penha de França – Penha, São Paulo/Capital, realizado pelo Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo – CONDEPHAAT sob nº 20776/79. Estudando o processo buscaremos entender: a conjuntura das discussões sobre o patrimônio no Brasil no período de duração do processo - 1979 a 1982; por que esse patrimônio foi tombado?; e que implicações o tombamento deste bem levou para a comunidade local?

Para entender sobre o patrimônio histórico e a conjuntura das discussões sobre o tema no Brasil nós realizamos algumas pesquisas iniciais sobre o tema que assinalam a ligação direta deste termo patrimônio histórico com a ideia de memória, monumento, história e com o trabalho do historiador.

Um dos autores que irá nortear este trabalho com suas reflexões em relação ao trabalho do historiador, da memória e dos patrimônios históricos é o historiador Jaques Le Goff. Segundo ele, há uma escolha sobre o que deve ou não ser preservado e o historiador é parte deste processo:

“De fato, o que sobrevive não é o conjunto daquilo que existiu no passado, mas uma escolha efetuada que pelas forças que operam no desenvolvimento temporal do mundo e da humanidade, que pelos que se dedicam à ciência do passado e do tempo que passa, os historiadores.”¹

Partimos da ideia de que o historiador é um homem de seu tempo, e o seu trabalho não é algo “sagrado” ou sem fundamento, pois tanto ele, como sujeito, e o seu trabalho são fruto da sociedade e da política. A memória esta no campo das disputas políticas, há esforços para ocultar histórias e também para trazer outras à tona, como sujeitos históricos nós produzimos diferentes versões, damos valores diferentes e interpretações diversas. As autoras Fenelon, Peixoto e Cruz concordam com Le Goff quando afirmam que:“(...) a memória histórica constitui umas das formas mais poderosas e sutis de dominação e de legitimação”.²

Com relação ao termo *monumento histórico* à historiadora Françoise Choay em sua obra, *A Alegoria do Patrimônio* nos indica que o nascimento deste conceito ocorreu no período romano e o seu significado esta ligado a ideia de ‘advertir’, ‘lembrar’. Ao refletir sobre o monumento histórico a autora nos explica que ele não é a princípio criado para tal fim, ele é selecionado pelos historiadores e por outros sujeitos, além disso, ela nos lembra que qualquer objeto, ou construção do passado pode ser convertida em registro da história.

Choay destaca que a ideia de patrimônio conhecida hoje por muitos é uma invenção europeia, e que o patrimônio é muitas vezes tratado como uma alegoria, ou seja, ele desperta valores e sentimentos que vão além do seu valor literal. Os patrimônios e os monumentos históricos são muitas vezes “cultuados”, essa prática nasceu no continente europeu e foi propagada para todo o mundo. As ações da Unesco – Organização das Nações Unidas – fortaleceram ainda

¹ LE GOFF, Jacques. História e Memória Bernardo Leitão et .all (trad.) Campinas, São Paulo: Editora da Unicamp, 1992, p.535.

² FENELON, Déa Ribeiro; CRUZ, Heloísa Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário Cunha. Muitas Memórias, outras Histórias. In FENELON, Déa Ribeiro; MACIEL, Laura Antunes; ALMEIDA, Paulo Roberto de; KHOURY, Yara Aun. (orgs.). *Muitas Memórias, Outras Histórias*. São Paulo: Olho d’Água, 2004, p.06.

mais esse processo com suas ações neste campo. Depois da segunda guerra mundial e em especial após os anos 1960 os patrimônios e monumentos históricos além de estarem ligados a ideia do conhecimento, da erudição e da memória passaram a fazer parte também do mercado cultural e foram ligados ao ato de consumo.

Outras problematizações muito interessantes levantadas por Choay são: o fato de muitos monumentos e patrimônios serem *espetacularizados*, segundo ela eles são tratados como um cenário e são “exibidos” e “apresentados” até com iluminação noturna especial.

Os patrimônios e a sua integração na vida cotidiana da sociedade também são um ponto nas reflexões da autora. “*As verdadeiras dificuldades surgem quando se trata de dar uma destinação aos velhos edifícios religiosos, de culto ou conventuais, aos antigos palácios, palacetes particulares, hospitais, (...);*”³ Qual deverá ser o destino dos patrimônios? É possível dar a eles utilidades que não sejam diretamente ligadas as ações culturais? Como sustentar a manutenção destes bens? É pertinente deixar que os patrimônios tenham a função de ser mera “embalagem”?

A autora questiona o fato de que o patrimônio é constantemente relacionado as atividades pedagógicas, turísticas, e democráticas mas que não viabilizam a sua manutenção de forma economicamente sustentável; “o consumo cultural” do patrimônio constantemente exclui a participação da população local neste processo; precisamos nos atentar para o acúmulo de patrimônios históricos; como podemos cultuar o patrimônio e ao mesmo tempo continuar a nossa jornada como sociedade? Ela ressalta que devemos parar de cultuar irracionalmente os patrimônios e refletir sobre eles.

Sobre o patrimônio no início do século XXI a autora francesa completa:

“ Representado por um labirinto dissimulado pela superfície cativante de um espelho, o patrimônio arquitetônico e urbano, com as atitudes

³ CHOAY, Françoise. A Alegoria do Patrimônio. São Paulo: Estação Liberdade: Editora UNESP, 2001, p.221.

conservatórias que o acompanham, pode ser decifrado como uma alegoria do homem na aurora do século XXI.”⁴

Outro autor que chama a nossa atenção e que desenvolve reflexões muito pertinentes sobre esse tema é o intelectual argentino Nestor Garcia Canclini, em sua obra clássica, *Culturas Híbridas*, ele discorre sobre como a América Latina é fruto de uma mescla histórica com elementos culturais originários de diferentes locais do mundo. Especificamente sobre o patrimônio ele suscita reflexões sobre a cultura moderna e o patrimônio e observa a relação do Estado e da iniciativa privada sobre este tema, ressaltando que o poder público possui interesses simbólicos no patrimônio com o intuito de legitimar a sua supremacia, enquanto a iniciativa privada busca o “poder simbólico” dos patrimônios para gerar dividendos :

“Enquanto o patrimônio tradicional segue sendo responsabilidade dos Estados, a promoção da cultura moderna é tarefa das empresas e organismos privados. Desta diferença derivam os tipos de ação cultural. Enquanto os governos entendem a sua política em termos de proteção e preservação do patrimônio histórico, as iniciativas inovadoras ficam nas mãos da sociedade civil, especialmente de quem possui poder econômico para financiar e arriscar. Os dois buscam receitas simbólicas: os Estados, legitimidades e consenso ao aparecer como representantes da história nacional; as empresas obtém lucro e constroem, através da cultura de ponta, renovadora, uma imagem “sem interesse” de sua expansão econômica.”⁵

O intelectual argentino desenvolveu considerações pertinentes sobre o tema e que acreditamos ser relevantes para esta pesquisa em outro texto denominado *O patrimônio cultural e a construção imaginárias do nacional*. Canclini aqui aponta que muitos debates sobre o patrimônio histórico vêm o desenvolvimento econômico, a mecanização, a tecnologia e o turismo como um adversário mas ele salienta que estes “inimigos” devem ser entendidos dentro

⁴ Idem, p.258.

⁵ CANCLINI, Nestor Garcia. *Culturas Híbridas - Estratégias para entrar y salir de la modernidade*, México D.F., Grijalbo, 1990, p. 86. (tradução nossa)

da conjuntura que vivemos e que a existência dos patrimônios também é resultado deste processo social.

Canclini mostra que o patrimônio cultural está ligado às desigualdades sociais e que ele pode ser um recurso que produz essas desigualdades uma vez que, segundo ele, as camadas sociais dominantes é que definem o que deve ou não ser preservado e dispõe de recursos e tempo para dar valor a estes bens.

Em relação ao uso dos patrimônios ele destaca que o patrimônio está ligado a três esferas sociais: o setor privado, o Estado e os movimentos sociais.

A relação da iniciativa privada com o patrimônio, segundo ele, pode ou não ser agressiva pois este setor pode “explorar o patrimônio” comercialmente de forma danosa e indiscriminada ou agregar valor simbólico ao mesmo para valorizar economicamente o seu entorno.

O Estado também pode se relacionar com o patrimônio de várias formas, ele destaca que o poder público pode valorizar o patrimônio como um elemento da nacionalidade, pode conter a especulação comercial sobre o bem, e pode usar o patrimônio para se legitimar.

Em relação aos movimentos sociais e a sua ligação com o patrimônio o autor ressalta que: por possuírem preocupações com a sua sobrevivência muitas vezes as camadas populares não se envolvem nas questões patrimoniais; a não identificação deste grupo, principalmente com patrimônios não diretamente ligados a sua história, seria essa também outra razão para o pouco envolvimento desta classe nestas questões; essa parcela da sociedade, para Canclini, parece muitas vezes, ter incorporado o comportamento das classes dominantes de desvalorizar a cultura popular e o patrimônio ligado a elas.

Canclini defende que as decisões sobre o patrimônio devem ser democráticas uma vez que a sociedade contemporânea e suas necessidades devem ser consideradas ao pensarmos na preservação destes bens.

O autor argentino finaliza este artigo sublinha uma questão que acreditamos ser fundamental para a nossa discussão:

“A política cultural referente ao patrimônio não tem como tarefa resgatar apenas objetos “autênticos” de uma sociedade, mas os que são culturalmente representativos. Os processos nos interessam mais do que os objetos, e nos interessam não por sua capacidade de permanecer “puros”, iguais a si mesmos, mas sim porque “representam certos modos de conceber e viver o mundo e a vida próprios de certos grupos sociais”⁶.

Levantando as pontos acima o autor coloca que as questões sociais e a história social são mais importantes que os patrimônios em si, e que nós devemos nos atentar muito seriamente para esses pontos.

A pesquisadora Izabela Tamaso também reflete sobre o patrimônio e toca em questões que podem contribuir com esta pesquisa em seu trabalho: *Por uma distinção dos patrimônios em relação à história, à memória e identidade*.⁷ Sobre a ligação do patrimônio com as classes populares ela coloca que mais recentemente os patrimônios têm sido associados a essa camada social e cita que a Unesco – União das Nações Unidas, desde 1989, tem recomendado a salvaguarda do patrimônio destas classes sociais em todo o mundo.

Para Tamaso a ligação das camadas populares com os patrimônios possui vários fatores que podem ser considerados positivos, pois este fato estimula a ligação entre novas e antigas gerações; aumenta a autoestima dos grupos que estão associados ao patrimônio; e estimulam a ligação entre as pessoas relacionadas com este bem.

A autora aponta que hoje há mais pessoas se sentem parte do patrimônio e por isso houve uma expansão dos bens preservados. As pessoas têm desejado ver suas histórias e suas manifestações culturais transformadas em patrimônio. Mas ela também levanta um ponto negativo, o patrimônio pode

⁶ CANCLINI, Néstor Garcia. O patrimônio cultural e a construção imaginária do nacional. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. Brasília: Iphan; n° 23, 1994, p.113.

⁷ TAMASO, Izabela. Por uma distinção dos patrimônios em relação à história, à memória e a identidade. In CASAGRANDE DE PAULA, Zueleide; MENDONÇA, Lúcia Glicério; ROMANELLO, Jorge Luís. (Orgs.). *Polifonia do Patrimônio*. Londrina: Eduel, 2012.

causar a exclusão das populações que vivem no seu entorno dada a valorização econômica do local.

Tamaso também versa sobre a memória e coloca esta operação como algo complexo e dinâmico, lembrando que nós sempre partimos no presente para pensar em tempo mais remotos. Além disso, ela aponta que após a patrimonialização muitos bens têm sua memória e sua história “congeladas” e que essa memória é pouco questionada ou repensada.

Ao final de seu trabalho Izabela nos apresenta mais contribuições que podem auxiliar no desenvolvimento deste projeto, pois ela entende a história, a memória e o patrimônio como esferas de trabalho diferentes e independentes que podem ou não se cruzar e chama a atenção para o fato de que o discurso sobre o patrimônio pode calar algumas narrativas em detrimento de outras e valorizar narrativas hegemônicas já consolidadas.

Considerando as questões ligadas a diversidade e o patrimônio a pesquisadora aponta:

“Sabemos que os bens patrimoniais acionados por meio de estudos e pesquisas e a difusão desses podem, além de contribuir para a compreensão do processo histórico, atender a dois objetivos correlacionados. Por um lado, auxiliar a preservação dos bens culturais e por outro (e como consequência) estimular a valorização de diferentes formas de vida, o respeito à diversidade e a tolerância como princípio das relações sociais, contribuindo assim à necessidades de um país formado por uma grande diversidade de grupos étnicos e culturais.”⁸

Compartilhando das reflexões da autora acima nós partiremos da ideia de que os patrimônios históricos podem ser uma ferramenta para reconhecer o valor de todas as camadas sociais.

Outros aspectos que deverão ser considerados nesta pesquisa são referentes ao desenvolvimento das discussões sobre ao patrimônio histórico no Brasil. Entendemos que as reflexões sobre o tema vêm ocorrendo desde o final do século XIX mas que no século XX as ações de Mário de Andrade e as

⁸ Idem, Ibidem, p.39.

reflexões do Movimento Modernista na década de 1920 foram decisivas para direcionar as ações e estudos e a legislação sobre o assunto. O tombamento, como um mecanismo de salvaguarda legal do patrimônio teve origem nos estudos de Mario de Andrade. A criação do Spahn – Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional nos anos 1930, hoje denominado Iphan – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, e as diretrizes em relação ao patrimônio promulgadas na Constituição de 1937 e na Constituição de 1988. Além disso, entendemos que mais recentemente a ideia de preservação do patrimônio histórico foi mais propagada no Brasil. Os pontos relacionados acima serão estudados e analisados de forma mais densa para compreendermos o tema proposto.

Outra questão que gostaríamos de registrar nesta proposta é que partiremos da ideia de patrimônio histórico como um conceito complexo, vivo e dinâmico, algo em movimento.

Com relação ao estudo do processo de tombamento da Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos de Penha de França e das implicações deste tombamento na comunidade nos interessa investigar: qual é a função ou as funções que o prédio recebeu após o seu tombamento? O tombamento da igreja causou a exclusão do bem no sentido de sua ligação com a comunidade? As camadas sociais ligadas ao patrimônio se sentem ligadas a ele? A Igreja do Rosário esta inserida no cotidiano da comunidade local? Este bem pode ser entendido como uma alegoria? A Igreja do Rosário é um monumento espetáculo? A que camada social a Igreja do Rosário esta relacionada? A sondagem inicial das fontes também nos instigam a pensar em outras questões: Por que a Igreja de Nossa Senhora da Penha foi o chamariz inicial para a visita dos técnicos do Condephaat ao local nos anos 1970? A Igreja do Rosário era desconhecida do órgão de proteção estadual no início dos anos 1970?

2. Justificativa

“O mundo moderno não se faz somente com projetos modernos. Quando os cientistas, os tecnólogos e os empresários buscam aos seus clientes devem ocupar-se também do que resiste a modernidade. Não somente pelo interesse de expandir o mercado, e sim para legitimar a sua hegemonia, os modernizadores precisam persuadir os seus destinatários que – ao mesmo tempo que renovam a sociedade – prolongam tradições compartilhadas. Posto que pretendem abarcar a todos os setores, os projetos modernos se apropriam dos bens históricos e das tradições populares.”⁹

O meu interesse sobre a Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos da Penha como tema para um estudo se deu durante as aulas do um curso de extensão no Centro de Estudos Africanos da Universidade de São Paulo em 2012, mais especificamente durante as aulas das professoras Antônia Quintão e Camila Vieira que apresentaram seus estudos sobre Irmandades Negras no período colonial. Durante a realização do curso alguns integrantes do Movimento Cultural Penha - MCP, associação em atividade no bairro de mesmo nome, apresentaram algumas de suas atividades e falaram brevemente sobre a história da Igreja do Rosário dos Homens Pretos. Eles discutiram sobre a importância histórica da igreja e de que ela é um bem tombado pela instância estadual – Condephaat - e pela instância municipal – Compresp -¹⁰ e que ela carecia de estudos mais aprofundados sobre a sua história.

⁹ CANCLINI, Nestor Garcia. Culturas Híbridas - Estratégias para entrar y salir de la modernidade, México D.F., Grijalbo, 1990, p.149. Tradução nossa.

¹⁰ Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental da Cidade de São Paulo

Depois deste primeiro contato com o tema tivemos a oportunidade de conversar com alguns membros da associação MCP, visitar o arquivo da Cúria Metropolitana em São Miguel Paulista onde se encontra um interessante documento sobre a história da irmandade negra que eregeu a atual Igreja do Rosário em 1802. Esse documento é o Livro de Assento desta Irmandade, ele registra o assento dos irmãos, ou seja, a sua entrada dos associados na irmandade no período de 1755 a 1880, bem como outras informações sobre: o valor pago anualmente por eles para se manterem associados; o pagamento dos mesmos para se tornarem Reis, Rainhas ou Juízes nas festas da irmandade; além de informações sobre se o associado era escravo, forro ou branco, entre outras. Após o contato com este documento nós tivemos a oportunidade de conhecer o processo de tombamento deste bem realizado pelo CONDEPHAAT. Este documento possui várias informações interessantes sobre a história do bairro da Penha e sobre o desencadeamento das ações do órgão de proteção que resultaram no parecer favorável ao tombamento deste bem. Nasceu aí o interesse em entender melhor esse processo.

Conforme autores citados anteriormente como Le Goff, Fenelon, Cruz, Peixoto, Canclini, Tamaso e Choay, entre outros entendemos que as discussões sobre a história, a memória e o patrimônio histórico no Brasil e no mundo são complexas e relevantes para a nossa sociedade uma vez que elas estão relacionadas com a identidade da população e com a vida cotidiana.

Acreditamos que entender por que a Igreja de N. S. do Rosário da Penha foi tombada na conjuntura das discussões sobre o patrimônio histórico dos anos 1980 e os desdobramentos desta ação legal para a comunidade seria algo interessante para a memória da cidade de São Paulo e para a própria comunidade na Penha.

Outro fator que contribui para a singularidade deste estudo é o fato de a Igreja de N. S. do Rosário dos Homens Pretos da Penha ser uma das três Igrejas do Rosário dos Homens Pretos identificadas por nós na área da Região Metropolitana de São Paulo e principalmente por ser a única Igreja que permanece em sua localização original, pois de acordo com a sua documentação

ela foi construída em 1802.¹¹ As duas outras Igrejas do Rosários dos Homens Pretos construídas por Irmandades Negras, provavelmente em fins do século XVIII ou no início do século XIX, assim como a Igreja da Penha, são a Igreja do Rosário de Guarulhos e a Igreja do Rosário do centro da capital paulista. Ambas igrejas foram demolidas, retiradas de sua localização original para serem reconstruídas em locais próximos ao sítio inicial.

A Igreja de Guarulhos esta localizada na área central do município, ela foi construída, provavelmente no século XVIII ou início do século XIX e foi demolida nos anos 1930 e reconstruída em um largo próximo ao local original e a outra Igreja. A terceira é a Igreja do Rosário dos Homens Pretos do centro da cidade de São Paulo, atualmente situada no Lago do Paissandu mas que originalmente estava situada no Largo do Rosário, hoje denominado *Praça Antônio Prado*, foi demolida no início do século XX

Além dos argumentos já levantado, acreditamos na relevância desta pesquisa dada a inexistência de trabalhos acadêmicos que abordem o estudo desta Igreja e de seu tombamento em especial.

¹¹ Os Autos de Erecção e Patrimônios de Capelas (Livro 1-2-3 - p.213) localizados no Arquivo da Cúria Metropolitana de São Paulo registram o pedido dos Irmãos da Irmandade do Rosários dos Homens Pretos da Penha dirigido as autoridades religiosas da Igreja para a construção de uma capela na Penha, o pedido foi encaminhado e aceito em 1802.

3 - Sondagem inicial das fontes

“ O que consideramos “documento” é produto de uma necessidade, não havendo diferença entre ele e as demais coisas necessárias ao homem, produzidas e consumidas”.¹²

O corpo documental inicial desta pesquisa possui como fonte principal o processo de tombamento da Igreja de N. S. do Rosário da Penha, processo esse desenvolvido pelo Condephaat entre 1979 e 1982. Este documento possui cerca de 94 páginas e está registrado sob o nº 20776/79. Outro documento pertinente neste estudo é a publicação em Diário Oficial do Estado de São Paulo em 07 de maio de 1982 da resolução 23 que trata sobre o tombamento do bem em questão.

Com relação ao processo de estudo que levou ao tombamento do bem, uma questão que nos chama a atenção é que apesar de ele ter sido iniciado em 1979 cerca de um terço dos documentos deste processo são referentes ao estudo para o tombamento da Igreja de N. S. da Penha (processo nº 249 de 1973). Um destes documentos, encaminhado ao Secretário Executivo da Instituição é assinada pelo arquiteto Carlos Lemos em 29 de janeiro de 1973, onde ele relata uma visita feita ao bairro da Penha na época, com a intenção de conhecer a Igreja de Nossa Senhora da Penha para estudo de pedido de tombamento. Ele discorre brevemente sobre a história do local e registra a existência de um “modesto templo que merece nossa atenção” e que parecia ser desconhecido para Lemos, ele se refere aí a Igreja de N. S. do Rosário, e indica pelo tombamento deste bem dado o seu estado de conservação.

¹²MARSON, Adalberto. "Reflexões sobre o procedimento Histórico." In: SILVA, Marcos A. Repensando a História. São Paulo: Brasiliense, 1984, p. 54.

Nas imediações da igreja em questão existe, no entanto, um modesto templo que merece nossa atenção por estar praticamente conservado, embora tenha o início de sua construção situado em 1802. Foi reformado por volta de 1896, quando lhe deram uma torre e um frontão "eruditos" que disfaçaram a primitiva feição caipira. Trata-se da Igreja de Nossa Senhora do

2.000 - VIII-972

Imp. Serv. Gráf. SCET



SECRETARIA DE CULTURA, ESPORTES E TURISMO

Folha de Informação rubricada sob n.º 3

do _____ n.º _____ / (a) out 3

Interessado

Assunto

- 2 -

Rosário dos Homens Pretos da Penha de França. Os ex-votos dos milagres feitos por Nossa Senhora da Penha ali estão guardados. É quase um museu. Sua restauração, fácilima. Pessoalmente, achamos que, se é para haver ali um tombamento, esse templo é que deverá ser preservado. Era o que tínhamos a informar.

C.T.E.T., 29 de janeiro de 1973.

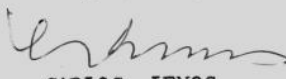

CARLOS LEMOS
Arquiteto

Figura 1 - Trechos do Processo de Tombamento da Igreja de N. S. do Rosário dos Homens Pretos da Penha assinado pelo Arquiteto Carlos Lemos em 1973.

A seguir o processo continua com algumas páginas de uma breve pesquisa sobre a história do bairro da Penha e fotos da Igreja de N. S. da Penha e da Igreja do Rosário, provavelmente registradas no final dos anos 1970.

O dossiê também possui algumas plantas da Igreja que abrangem o mezanino, torre, fachada A, B, C e D e dois cortes do edifício.

Depois das plantas o processo passa a ter documentos relativos ao "Estudo de tombamento da Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos da Penha de França – Capital." Um destes documentos possuía quatro

páginas com um segundo estudo sobre a história da Penha e da Igreja do Rosário, ele é assinado pela *historiógrafa* Heloísa Barbosa da Silva, e apesar de não estar datado, outros documentos indicam que ele foi escrito em 1979.

Outro documento assinado por Antônio Luiz Dias de Andrade em 11/12/1980 também manifesta parecer favorável ao tombamento.

Consta também no dossiê a “Síntese de decisão do Egregio Conselho Deliberativo – Ata Nº 462 da Sessão de 21/01/81” que decide pelo tombamento da Igreja de Nossa Senhora do Rosário de Penha de França e é assinado pelo arquiteto Ruy Otake, então presidente do CONDEPHAAT.

O processo de tombamento contém também e a cópia de diversos ofícios do CONDEPHAAT comunicando o tombamento do bem aos órgãos competentes como: ao administrador Regional da Penha; ao Delegado Titular do 10º Distrito Policial; ao Secretário Municipal de Cultura; ao Diretor do Patrimônio Histórico da Prefeitura de São Paulo; ao Padre Carlos Calazans; e ao Bispo da Região Episcopal de S. Miguel Paulista.

Dois últimos itens que chamam a nossa atenção neste dossiê são: a avaliação do Estado de Conservação de Monumentos onde consta que a mesma apresentava um em estado de conservação médio e satisfatório, de acordo com o item verificado. Além da *Proposta de proteção para o entorno das Igrejas N. S. da Penha e N. S. do Rosário dos Homens Pretos da Penha* com data de 17/07/1981 e depois aprovado em 1988.

A publicação no Diário Oficial do Estado de São Paulo em 07 de maio de 1982 trata sobre o tombamento deste bem na Resolução 23, de 04-05-82 também é um item do corpo documental desta proposta e versa sobre o tombamento como “monumento histórico e de interesse arquitetônico a Igreja do Rosário dos Homens Pretos situada no Largo do Rosário, edifício religioso construído no início do século XIX e importante marco do núcleo central urbano do bairro.”

4. Bibliografia inicial

CANCLINI, Nestor Garcia. Culturas Híbridas - Estratégias para entrar y salir de la modernidade, México D.F., Grijalbo, 1990.

_____. O patrimônio cultural e a construção imaginária do nacional. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. Brasília: Iphan; n° 23, p. 94-115, 1994.

CASAGRANDE DE PAULA, Zueleide; MENDONÇA, Lúcia Glicério; ROMANELLO, Jorge Luís. (Orgs.). Polifonia do Patrimônio. Londrina: Eduel, 2012.

CHOAY, Françoise. A alegoria do patrimônio. São Paulo: Estação Liberdade: Editora UNESP, 2001

FENELON, Déa Ribeiro; CRUZ, Heloísa Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário Cunha. Muitas Memórias, outras Histórias. In FENELON, Déa Ribeiro; MACIEL, Laura Antunes; ALMEIDA, Paulo Roberto de; KHOURY, Yara Aun. (orgs.). *Muitas Memórias, Outras Histórias*. São Paulo: Olho d'Água, 2004.

LE GOFF, Jacques. História e Memória Bernardo Leitão et all (trad.) Campinas, São Paulo: Editora da Unicamp, 1992.

MARSON, Adalberto. Reflexões sobre o procedimento histórico. In: SILVA, Marcos A. da (Org.). Repensando a História. São Paulo; Marco Zero, 1984.

QUINTÃO, Antônia Aparecida. "A especificidade das irmandades de pretos e pardos." In: _____ *Lá vem meus parentes: as irmandades de pretos e pardos no Rio de Janeiro e em Pernambuco (séc. XVIII)*. São Paulo: Annablume: FAPESP, 2002.

_____. "As irmandades negras: outro espaço de luta e resistência. (São Paulo: 1870-1890). São Paulo. Annablume: FAPESP, 2002.

SANTOS, Carlos José F. Igreja e Largo do Rosário dos Homens Pretos da Penha: História e Cultura de Resistência. In: RECADOS: Memória das Relações entre a Comunidade e o Patrimônio. São Paulo: Movimento Cultural Penha, 2011.

SIMÃO, Maria Cristina Rocha. *Preservação do patrimônio cultural em cidades*. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

TAMASO, Izabela. Por uma distinção dos patrimônios em relação à história, à memória e a identidade. In CASAGRANDE DE PAULA, Zueleide; MENDONÇA, Lúcia Glicério; ROMANELLO, Jorge Luís. (Orgs.). *Polifonia do Patrimônio*. Londrina: Eduel, 2012.

THOMPSON, Edward P. *A Formação da Classe Operária Inglesa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____ *A Miséria da Teoria*. Rio de Janeiro. Zahar, 1981.